

## Globalização do Ambiente e Localização do Ambiente Urbano

*Um ambiente urbano sustentável?*<sup>1</sup>

Vítor Matias Ferreira \*

**R**esumo: A problemática do ambiente já tinha uma incidência global, muito antes de se falar da actual globalização. E, no entanto, entre o que ficou consagrado por “crítica ecológica” e o actual “ambiente crítico”, há uma história que importa assinalar. Por outro lado, a noção de ambiente urbano, que é contemporânea daquele contexto de globalização, assume-se como uma noção transversal às várias dimensões da tradicional questão urbana. Haverá lugar, contudo, para diferenciar aquele ambiente urbano, do ambiente, propriamente dito, da cidade, como duas noções distintas, ainda que complementares. Sublinhando-se, ainda, a dimensão patrimonial em causa, o texto termina por se interrogar sobre algumas das condições e consequências de sustentabilidade social e política do ambiente urbano.

*Palavras-Chave: crítica ecológica e ambiente crítico; ambiente urbano e ambiente da cidade; o global e o urbano; sustentabilidade social e política*

### Enquadramento

É relativamente consensual admitir, hoje, que a noção de *ambiente* se assume como transversal na abordagem analítica da maior parte das problemáticas económicas e sociais. Uma tal consensualidade vai de par com a própria generalização do discurso ambiental, seja através dos meios de comunicação social, seja, mais prosaicamente, ao nível do senso comum e da chamada opinião pública. Num tal contexto, as formulações ideológicas e as próprias práticas políticas tendem a integrar aquele discurso, “correcto” antes de mais, ainda que uma tal banalização tenda à própria vacuidade conceptual daquela noção de ambiente. Efectivamente, se hoje “tudo é ambiente”, o risco é que amanhã “nada seja ambiente”!

Com a noção de *sustentabilidade* passa-se algo de semelhante: hoje, a maior parte dos comportamentos sociais e das práticas políticas devem ser “sustentáveis” – o que, só por si, não deixa de ser uma afirmação banal, se não mesmo redundante. ● que parece certo é que tais banalidades, implicando uma generalização abusiva daquela noção em todos os campos da actividade económica e

social, acabam, igualmente, por esvaziar o conteúdo analítico daquela inovadora abordagem das actuais problemáticas ambientais.

Vale a pena, por isso, tentar uma aproximação analítica a essas noções, sem que isso pressuponha alguma exegese epistemológica dos respectivos conceitos. Tentemos, assim, circunscrever as noções em causa nos respectivos contextos de surgimento e de aplicação, tendo em conta o quadro territorial de referência. Talvez que o condicionalismo histórico, por um lado, mas também a sua especificação urbana, por outro, permitam um enquadramento mais fundamentado sobre as duas noções centrais aqui em discussão.

### No “Meio” Está o Ambiente

Desde logo, a noção de ambiente. É sem dúvida significativo recordar que esta noção tem a sua origem próxima, digamos de meados do século passado, numa outra noção, então mais abrangente, que dava pelo nome de meio ambiente ou, simplesmente, *meio*, através da qual se pretendia sublinhar “o que está à volta”, que “envolve”, e que encontra na sua adjectivação inglesa (*environmental*) ou mes-

\* Catedrático de Sociologia do ISCTE. Contacto: vitor.ferreira@iscte.pt

<sup>1</sup> Texto publicado em italiano in *Archivio di Studi Urbani e Regionale*, n.º 71/72, 2001, coordenado por Francesco Indovina e Laura Fregolent, Veneza, Franco Angeli.

mo no substantivo francês (*environnement*) uma ilustração bem alusiva ao conteúdo descritivo daquela noção. Já então se entendia que as abordagens analíticas, neste caso, de análise urbana, não se poderiam restringir aos temas em causa, tomados isoladamente (p.e., o alojamento, os transportes, etc), mas que era necessário contextualizá-los, teórica e empiricamente, em relação ao seu quadro de referência, isto é, de acordo com o respectivo “meio ambiente”.

Era um tempo, portanto, em que esta noção, sendo analiticamente pertinente, demorava, contudo, a assumir essa mesma pertinência, relegada como foi e durante algum tempo, para uma espécie de “adorno”, de efectiva “envolvente” ou, se se quiser, de mera adjectivação do objecto de estudo. Em todo o caso, boa parte das questões hoje integradas na noção contemporânea de ambiente, tinham já um lugar disciplinar privilegiado e um objecto científico bem determinado, desde longa data reportados, precisamente, à Ecologia. Razão tinham, a este nível entenda-se, os investigadores de sociologia urbana de Chicago, nos princípios do século passado, para designarem a sua “escola” de Ecologia Urbana!

Ainda que um tanto lateral às problemáticas aqui em jogo, vem a propósito recordar, agora no quadro da urbanística italiana, mas praticamente contemporânea daqueles estudos de Chicago, a abordagem de Giovannoni (1931) sobre o “urbanismo das cidades antigas” que, noutro momento, tivemos ocasião de aprofundar (cfr. V. Matias Ferreira, 2000). Uma tal abordagem – centrada no que aquele autor designou de “património urbano”, como forma de enfatizar a análise de cada objecto da cidade no respectivo contexto urbano ou, diríamos nós agora, tendo em conta o respectivo “meio urbano” – levou F. Choay, na apresentação da edição francesa (1998) daquela obra, a recordar o termo original (italiano) usado por Giovannoni, para definir aquela exigência de contextualização – precisamente, o *ambiente*! É certo que F. Choay se lamenta de não haver uma tradução francesa adequada ao significado “daquele ambiente” (recusando-lhe, assim, um entendimento como mera “envolvente”, isto é, literalmente como *environnement*) o que, do nosso ponto de vista, parece significar que Giovannoni já entendia aquele “ambiente urbano” como uma noção potencialmente integradora (e não como uma simples “envolvente”) dos próprios contextos de observação da cidade.



Foto de Alexandra Castro

Invocámos atrás, a propósito da Escola de Chicago, a Ecologia. Efectivamente, sabemos que esta mesma ecologia acabou por fazer “escola”, hoje um pouco mais disciplinarmente esbatida (precisamente devido à actual configuração integradora da noção de ambiente), não deixando de ter, contudo, uma expressão pública e um impacte político determinantes, precisamente no quadro da actual problematização ambiental.

Com efeito, não será controverso admitir que é, sobretudo, a partir dos anos 60 e 70 do século passado, em torno do que podemos considerar como o surgimento de uma “consciência ecológica” – lembremo-nos, entre outros exemplos, do célebre “Manifesto para a Sobrevivência” (*The Ecologist*, 1972), aliás na esteira da não menos famosa edição dos “Limites ao Crescimento” (Meadows et al., 1972) – que se inicia, então, uma progressiva assunção crítica, pública, em relação ao futuro do planeta e não só em termos estritamente ambientais. De resto, não foi certamente por acaso que se realizou, na mesma altura, a primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972! (mas sobre esta temática regressaremos no ponto seguinte).

Não espanta, pois, que ao mesmo tempo que os sociólogos, os economistas ou mesmo os analistas políticos das questões urbanas, sublinhavam a necessidade de objectivar aquelas mesmas questões no contexto do respectivo “meio ambiente”, a problemática propriamente ambiental, tal como hoje a procuramos definir, era então assumida, plenamente, pela referida ecologia. Tanto assim que, no quadro dos movimentos sociais, é possível considerar que os actuais movimentos ambientalistas, na sua enorme diversidade ideológica e política, tiveram como antecedentes directos, precisamente aqueles movimentos ecologistas, cujo carácter inovador certamente terá marcado, sobretudo nas suas origens, uma relativa homogeneidade cultural, que não propriamente ao nível dos respectivos projectos políticos.

Realmente, entre a ruptura introduzida por este posicionamento ecológico e a assunção plena de uma postura propriamente ambiental, situa-se um itinerário de abrangência disciplinar, de maturação social e de impacte político, de que resultaram, sem dúvida, novas formulações sobre “o nosso futuro em comum” (G. Brundtland *et al.*, 1987), para citar uma obra emblemática desse novo posicionamento, nomeadamente em relação ao dito desenvolvimento sustentável

Vale a pena tentar o aprofundamento daquele itinerário, que não deve ter uma leitura exclusivamente cronológica, muito embora os seus limites temporais estejam de algum modo bem demarcados. Por outro lado, e tal como veremos, aquele itinerário também não se processou de forma linear e numa base exclusivamente quantitativa, uma vez que aqueles mesmos limites temporais assinalam significativas mudanças de ordem qualitativa, nomeadamente em termos disciplinares, sociais e políticos, como dissemos. Forçando um pouco o jogo das palavras, poder-se-ia dizer que tais mudanças indiciam a passagem do que então era *um meio*, para o “todo” que é, agora, o *ambiente*.

### Da Crítica Ecológica ao Ambiente Crítico

Dois marcos fundamentais delimitam, assim, aquele itinerário, num arco temporal, e intencional, de vinte anos: a já mencionada Conferência Mundial do Meio Ambiente, Estocolmo, 1972 e a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (designada Eco 92), Rio de Janeiro, 1992. A balizar cada uma dessas conferências, pela importância que tiveram nos limites assinalados, é de recordar a realização do Ano Mundial de Protecção da Natureza, em 1970 e, por outro lado, a publicação, em 1987, do Relatório Brundtland, já atrás assinalado.

Ao fim e ao cabo, estamos perante duas conjunturas históricas bem diferenciadas, que importa confrontar, tendo em conta o quadro analítico em que nos situamos. E como forma de sublinhar, desde já, essas diferenças conjunturais, verificamos que, do ponto de vista do desenvolvimento económico e social, elas delimitaram um processo que vai do que, talvez um tanto impropriamente, foi então considerado como “crescimento zero”, até ao que, hoje em dia, aparece designado por “desenvolvimento sustentável”, titulando, deste modo, as propostas políticas fundamentais, ainda que claramente polémicas, que marcaram cada uma daquelas conjunturas.

Com efeito, contemporânea à realização da primeira conferência e, sem dúvida, a ela estreitamente ligada, está a publicitação de diversos documentos, já anteriormente referidos, em especial o relatório de uma equipa do M.I.T., chefiada por Dennis Meadows (1972) sobre “os limites ao crescimento” – estando em causa, então, o crescimento econó-

mico, mas também o aumento demográfico, a utilização exponencial dos recursos naturais e materiais, mas sobretudo a irracionalidade ecológica dessa mesma utilização – enfim, uma proposta baseada num diagnóstico multivariável (a partir de um modelo matemático, informatizado e extremamente complexo), cujo entendimento, a bem ou a mal, foi interpretado como defendendo o “crescimento zero”.

Julga-se importante destacar, talvez até para entender alguns dos “limites” daquela investigação, que o estudo em causa havia sido encomendado pelo então existente Clube de Roma (associação de ‘homens públicos’, empresários de multinacionais, mas também de grupos financeiros e de cientistas de diversos países), sendo financiado por diversas fundações de empresas multinacionais<sup>2</sup>. No caso concreto, aquele estudo foi financiado pela Fundação Volkswagen e tinha como objectivo fundamental a realização de “um estudo sobre os problemas críticos do meio ambiente”!

Será, porventura, banal, admitir uma estreita relação entre a conjuntura económica e a referida encomenda do Clube de Roma. Tratava-se, realmente, de uma preocupação *natural* do capitalismo, na sua forma mais hegemónica e dominante, no sentido de obter uma avaliação das condições económicas e sociais a uma escala global, planetária, aliás numa lógica que sempre foi a sua, estávamos, então, ainda um pouco longe da generalizada globalização a que aquele sistema haveria de chegar nos nossos dias. Por outro lado, a crise económica dos inícios dos anos 70 do século passado (1973) só haveria de chegar, assim, algum tempo depois de algum optimismo face ao futuro, superados (?) os “abalos” dos finais dos anos 60 (em especial na França, em 1968, mas também em Itália, em 1969, destacando as situações mais paradigmáticas de conflitualidade social e política, naquela época).

Em todo o caso, o referido estudo, muito polarizado, como vimos, nas taxas de crescimento demográfico, à escala global, e na avaliação e na utilização dos recursos naturais existentes, nomeadamente em relação ao caso emblemático do petróleo – que, significativamente, irá estar no centro da crise económica sucessiva – foi, em certa medida, um tanto premonitório (?), na medida em que terá possibilitado, certamente, outros meios para enfrentar a referida crise, que não, propriamente, os propostos pelo estudo aqui em causa!

Não vindo ao caso, neste momento, discutir os objectivos económicos e políticos do estudo realizado – muito embora seja de sublinhar alguma perplexidade metodológica sobre o modelo matemático utilizado, jogando com uma multiplicidade de variáveis económicas e sociais, de natureza quantitativa e qualitativa e a uma escala planetária!... – os resultados finais, públicos, desse estudo, acabaram por constituir matéria de debates acalorados, exactamente devido à sua conclusão mais polémica, que acabaria por ser interpretada, nomeadamente pelos investigadores do *Ecologist* (1972), que referimos atrás, como a necessidade de um “crescimento zero”, nomeadamente no quadro demográfico do planeta<sup>3</sup>.

No entanto, para além de ter (re)aberto uma discussão bastante generalizada, ao nível global, mas também localmente, entre cientistas e políticos, mas também no quadro da opinião pública, sobre o que então se designava de *equilíbrio ecológico* do planeta, um dos aspectos críticos do referido estudo terá estado, certamente, na concepção do planeta como um sistema metodologicamente homogéneo (o famoso modelo matemático!), independentemente das desigualdades económicas e sociais e das respectivas contradições políticas existentes no interior desse mesmo sistema. Não é que ignorassem tais diferenças, simplesmente elas fo-

<sup>2</sup> Segundo R. Tamames, “o verdadeiro fundador do Clube de Roma foi o italiano Aurelio Peccei, director da Italconsult, empresa de estudos de economia e engenharia do grupo Montecatini-Edison”. Destacando que, desde 1966, Peccei tinha em vista a realização de um “estudo global sobre os problemas mundiais”, aquele autor adianta que, em 1968, foi possível celebrar, em Roma, “uma primeira reunião de ‘economistas, planificadores, especialistas em genética, sociólogos, politólogos e empresários’, donde surgiu o Clube de Roma”. Por outro lado, o Clube de Roma não se limitou a financiar o estudo aqui em causa, “pelo contrário, tinha em marcha um ambicioso programa de trabalho”, em torno de um “Projecto sobre a Condição Humana” (R. Tamames, 1974: 88-89).

<sup>3</sup> O “manifesto para a sobrevivência”, publicado inicialmente na revista inglesa *The Ecologist* (1972), envolvendo o seu editor (E. Goldsmith) e outros investigadores, constituiu um importante documento de defesa de “uma sociedade estável”, numa estreita complementaridade com os próprios estudos do Clube de Roma. Apoiando-se num diagnóstico em quatro frentes temáticas fundamentais – “os ecossistemas e a sua destruição”; “os sistemas sociais e a sua destruição”; “população e oferta de alimentos” e “recursos não renováveis” – os seus autores propõem-se “criar uma sociedade que seja sustentável (sic) e que (...) por definição, dependeria mais da estabilidade do que da expansão” (idem: 30). Contudo, se são bastante discutíveis algumas daquelas premissas (nomeadamente, a análise dos “sistemas sociais”, mas também a abordagem demográfica), aquele documento acabou por constituir, de facto, um manifesto contra “a absurda presunção antropocêntrica” (idem: 89) responsável, segundo os autores, de um exponencial desequilíbrio ecológico do planeta (Citações da edição castelhana).

ram abordadas como simples “variáveis” de programa informático na construção daquele modelo e, portanto, como elementos probabilísticos na definição de cenários alternativos, globais, tendo em conta os referidos “limites ao crescimento”.

Deste modo, as conclusões do estudo realizado deixavam expressa uma proposta, cuja filosofia implícita pressupunha o que, na altura, designámos de “cruzada humanista”, numa alegoria que sintetizámos, então, como “habitantes de todo o planeta uni-vos ... na defesa do nosso meio ambiente”! (V. Matias Ferreira, 1976: 10/11). Efectivamente, se a escala de referência do estudo era global, aquelas propostas pareciam encaminhar-se, realmente, para uma outra escala... do planeta!

Mas já vimos como aqueles “limites ao crescimento” foram interpretados, talvez de uma forma excessiva, como “crescimento zero”<sup>4</sup>. Tal interpretação irá ser recusada pelos responsáveis da referida investigação, vinte anos depois, ao rescreverem aquele estudo, agora titulado “para além dos limites do crescimento” (D. Meadows, 1992). É certo que continua a ser utilizado o mesmo modelo (ainda que eventualmente mais sofisticado), pelo que, do nosso ponto de vista, algumas das observações críticas anteriores continuam a ser pertinentes. Simplesmente, um novo conceito irá orientar, não tanto o diagnóstico, mas sobretudo as propostas fundamentais – esse conceito tem a ver com a *sustentabilidade*, à luz do qual são rescritas as conclusões anteriores.

Claro que, entretanto, já havia sido publicado o estudo da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, que ficou conhecido como Relatório Brundtland (1987), intitulado, como recordámos atrás, como “o nosso futuro em comum” e que ficará conhecido por propor aquele conceito, não em termos de “crescimento”, mas precisamente enquanto “desenvolvimento sustentável”. Como veremos melhor, no final, este conceito apresenta, ainda, demasiadas ambiguidades. Por ora, aceitemos, contudo, que a passagem da “crítica ecológica” ao “ambiente crítico”, é, ainda, alegoricamente, a mudança do mencionado “crescimento zero” para o contemporâneo “desenvolvimento sustentável”.

Como parece evidente, se o dilema sempre foi o de conciliar a ecologia com a economia, talvez

que um outro problema crítico dos estudos anteriormente citados, agora realmente em termos conceptuais, tenha sido o de centrar as investigações em termos de “crescimento” e não do ponto de vista do desenvolvimento económico e social. E se na Conferência do Rio de Janeiro, em 1992 – a partir da qual, como dissemos, o Ambiente se assume, pública e politicamente, por inteiro, e já não como um “meio” – boa parte da sua agenda mais controversa (como a questão climática e o problema da biodiversidade, entre outros) não chegou a ter um necessário consenso, foi possível, contudo, como veremos melhor adiante, discutir os problemas ambientais na sua própria diversidade territorial e política, mas também numa perspectiva de um necessário desenvolvimento, eventualmente sustentável!

Que se está perante uma nova conjuntura, agora claramente marcada pela problemática ambiental, não restarão muitas dúvidas. Tanto assim que os autores dos primitivos “limites ao crescimento”, terão incorporado, vinte anos depois, uma proposta teórica e empiricamente mais “sustentável”. Com efeito, independentemente das observações críticas, anteriormente assinaladas, é oportuno reter uma das conclusões adoptadas “para além daqueles limites”: começando por referir que “uma sociedade sustentável é ainda técnica e economicamente possível”, aqueles autores concluem que “a transição para uma sociedade sustentável exige um cuidadoso equilíbrio entre objectivos a longo e curto prazo e uma ênfase maior na suficiência, equidade e qualidade de vida, do que na quantidade de produção” (D. Meadows, 1992: 23 – citações da edição em castelhano).

Aparentemente, pelo menos, a questão do “crescimento” pareceu estar superada – o que nos leva a reter, então, entre aquelas conclusões, os temas da equidade e da qualidade de vida, centrais, como veremos, no prosseguimento do presente texto.

## A Insustentável “Leveza” do Crescimento Urbano

Durante anos, associámos a urbanização do território às exigências do crescimento económico. Pensávamos, então, que tudo o que “cresce” para a

<sup>4</sup> Uma tal interpretação poderá ter sido, na altura, um tanto excessiva, não se podendo deduzir, contudo, que aquela conclusão não tenha tido algum fundamento. Tanto assim que não foi, certamente, por acaso que a edição francesa daquela obra, publicada, igualmente, em 1972, acabou por ficar titulada como “Halte à la Croissance” (literalmente: “alto ao crescimento”)!

economia, cresce igualmente para os outros campos da actividade social. Julgávamos, por isso, que o progresso era simplesmente uma questão quantitativa de crescimento económico e, portanto, de crescimento social. Mas a história social, e também a da economia, veio demonstrar o contrário, exactamente porque, tal como vimos no ponto anterior, aquele crescimento era desigual e iníquo.

Criticámos, então, esse crescimento, sobretudo porque ele não pressupunha um efectivo desenvolvimento, qualitativo portanto, ainda que um tal desenvolvimento continuasse a ser profundamente desigual e excessivamente injusto<sup>5</sup>. Hoje, sabemos, assim, que aquele mesmo crescimento – económico, como vimos, mas também crescimento da urbanização – se processou, na generalidade, contra a qualidade da cidade, isto é, contra a urbanidade, enquanto “qualidade do urbano”.

Aquele crescimento da urbanização implicou, assim, uma ocupação desequilibrada e extensiva – e, tantas vezes, abusiva – do território, para além de determinar um aumento das desigualdades sociais e da segregação espacial. Se o solo é um bem escasso, finito e, portanto, esgotável, aquela ocupação indiscriminada do solo urbano, enquanto crescimento da urbanização, haveria de determinar, também, maiores desequilíbrios ao nível social e ambiental da cidade. A este nível, portanto, a cidade – enquanto entidade historicamente socializada e culturalmente sedimentada – não pode deixar de se situar contra a generalização dos processos de urbanização, enquanto meros processos de expansão e simples formas extensivas de ocupação do território.

Não se trata de ocupar “mais” o território, mas de o ocupar *melhor* – efectivamente, segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (1999), a área ocupada no território nacional excede, em muito, as respectivas necessidades demográficas; por outro lado, segundo declarações oficiais recentes, a área de expansão “urbana”, prevista no conjunto dos planos directores municipais do país, passaria para cerca do triplo da área territorial actualmente ocupada!

Mas não se trata, somente, de uma ocupação indiscriminada do território. Efectivamente, a ur-

banização conquistou a cidade, mas segundo uma lógica de concentração e de exploração das “mais valias” fundiárias e imobiliárias e, deste modo, de difusão daquele mesmo “modelo urbano”. Realmente, o que determinou aquela urbanização, não foi a lógica urbana – no que ela pressupõe de urbanidade, como dissemos – mas, sim, sobretudo entre nós, a lógica fundiária, determinando, assim, a *natureza* do capitalismo em Portugal!

A título de exemplo, recorde-se a aposta autoritária, de disseminação económica do “prédio de rendimento” – através do investimento das pequenas e médias poupanças em habitação para arrendamento, no regime salazarista até aos anos 60 do século passado – substituída, nos tempos actuais, pela postura liberal, dita democrática, de concentração e de exploração da propriedade fundiária, isto é, da renda fundiária, agora supostamente “urbana”, precisamente à custa dos referidos processos de urbanização. Como é evidente, a renda fundiária esteve sempre presente – ainda que em graus diferentes de hegemonização – mas uma presença, no capitalismo, um tanto paradoxal (ou talvez não!), uma vez que, em Portugal, o sistema económico e social foi quase sempre polarizado, precisamente, por aquele “capital fundiário”!

Assim, daquela conquista e daquele modelo decorre que a urbanização tomou a cidade como pretexto (com algum “cinismo urbano”, poderemos dizer-lo!), com a ideologia de um suposto “modo de vida” da cidade, como se estivesse em causa a probabilidade de viver ... a urbanidade! Efectivamente, a cidade é o polo de atracção, é o “chamariz da vida urbana”, mas, depois, os recém-chegados só irão encontrar um local de instalação, precária tantas vezes, no exterior dessas mesmas cidades, isto é, nas suas periferias, longínquas quase sempre. Mas não só. Também aquela pressão imobiliária, exponenciando as ditas mais-valias fundiárias, participa num processo semelhante de expulsão dos próprios residentes, sobretudo os das novas gerações. Ao fim e ao cabo, tanto aqueles recém-chegados à cidade, como os mais jovens que já lá estavam, não serão os novos “urbanitas” da cidade, mas os futuros “suburbanos” dos dormitórios!...

<sup>5</sup> A um nível global, planetário, de relacionamento entre o Norte e o Sul, Alain Lipietz é peremptório em concluir que “ao fim e ao cabo, a oposição ambiente-desenvolvimento só existe para as classes médias dos países médios, sonhando usufruir sem entraves o mundo de Dallas. Para biliões de pobres, o desenvolvimento é, antes de mais, a saúde, o recuo da fome e da doença; é, portanto, fundamentalmente, uma questão de ambiente, local e global. (...). É, ainda, também uma questão de ajuda e, desde logo, de abolição da dívida em curso. Tal poderá ser a base de uma convergência Norte-Sul das organizações não governamentais de desenvolvimento e de ambiente”. (A. Lipietz, 1992: 142)

Como dissemos noutra ocasião (cfr. V. Matias Ferreira, 2000:14), tratou-se de um processo genérico, afectando boa parte das cidades europeias, ainda que em moldes bem diferentes entre as várias situações – com destaque, acentuadamente negativo, para as cidades do sul da Europa e, em especial, para Portugal. Esquemáticamente, estamos, assim, perante uma trilogia de efeitos exponenciais entre si: crescimento económico, de base industrial, sem dúvida, mas atravessando diversas mutações, nomeadamente através de processos de terciarização das economias urbanas; expansão territorial, com uma dupla consequência, quer em termos de concentração populacional, quer, sobretudo, ao nível do que acabaria por ser designado de suburbanização (inclusive, no seu sentido mais literal, isto é, “inferior” à urbanização!); finalmente, segregação social e urbana, qual vértice inelutável daquela base piramidal ou, se quisermos, como corolário consequente daquela equação expansionista.

Um tal expansionismo territorial não foi, contudo, um processo homogéneo, bem pelo contrário. Paradoxalmente, à medida que se intensificava aquela ocupação espacial, mais a cidade ia per-

dendo a sua identidade cultural e urbana, entendida como caracterização da sua própria urbanidade, desde logo porque, em termos mais prosaicos, ia perdendo a sua população residente, isto é, ia perdendo uma das componentes fundamentais de “produção” daquela mesma urbanidade, como atrás referimos.

A cidade dos anos ‘60 e ‘70 do século passado, apresenta, assim, um perfil urbano profundamente contrastado. Em certa medida, podemos entendê-lo como um estigma da cidade tendencialmente dualizada: ocupação económica do Centro e densificação social das Periferias! Ainda num registo um tanto cínico, poderíamos admitir que a cidade se havia deslocado para o seu exterior..., mas basta um olhar de relance, que seja, para essas mesmas situações periféricas, para nos certificarmos que a cidade não mora ali!

Para além das metáforas, será na posterior década de 80 (mas, para muitas situações, já nos finais dos anos setenta) que a cidade se irá confrontar com aquele dramático e, sem dúvida, paradoxal “vazio urbano”. Aparentemente, aquela dualidade territorial parecia ter levado a cidade a um quase grau zero da sua própria condição urba-



Foto de Maria João Freitas



Foto de Pedro Corte-Real

na, à sua tendencial negatividade, polarizando dois modos de vida bem contrastados: um modo de vida urbano, “em vias de extinção” e um modo de vida suburbano, em processo de expansão! Claro que as cidades continuavam a ser intensamente ocupadas – mas uma tal ocupação seria sempre transitória (mobilidade de trabalho, de lazer, de turismo, etc), incapaz, por isso, de criar e de consolidar a referida urbanidade.

Nada mais paradoxal, portanto: a urbanização em processo de expansão, como se da “cidade” se tratasse, ao mesmo tempo que a cidade, propriamente dita, se ia esvaziando dos seus residentes! E se este retrato paradoxal não é aplicável à generalidade das cidades europeias, sem dúvida que ele se aplica a muitos casos do sul da Europa e, particularmente, às cidades portuguesas. A “leveza” do crescimento urbano é, assim, mera retórica das propostas publicitárias e do discurso do poder político, constituindo, antes, um peso *insustentável* para o ambiente e para a cidade, isto é, para o ambiente urbano.

Talvez se perceba melhor, agora, porque tivemos que percorrer os caminhos do “urbano”. Em todo o caso e como veremos melhor seguidamente, aquela noção de ambiente urbano não se reduz a uma simples conjugação entre o “ambiente”, de que procurámos ilustrar o respectivo enquadramento nos pontos anteriores, e o “urbano”, que acabámos de situar, de modo necessariamente esquemático. Efectivamente e tal como procuraremos demonstrar, o ambiente urbano irá surgir, precisamente, naquele quadro insustentável da actual vida urbana, em especial no contexto europeu, mas numa postura efectivamente transversal ao respectivo quadro urbano e ambiental da cidade.

### **Ambiente da Cidade e Ambiente Urbano**

Será, certamente, tautológico, invocar o actual contexto de globalização do capitalismo – ao nível económico e tecnológico, sem dúvida, mas abrindo-se, progressivamente, para outros campos da

actividade social e cultural – para debater a questão do ambiente. Com efeito, esta questão terá sido, talvez, a primeira a colocar-se numa tal escala global, como vimos no início, quer ao nível da sua emergência, quer, sobretudo, nos seus efeitos e nas suas consequências, particularmente ao nível territorial. Já no que se refere à questão do ambiente urbano, esta não deixa de ser, um tanto paradoxalmente, contemporânea da fase mais recente daquele processo de mundialização – precisamente, a fase que encontrou, nas chamadas “cidades globais”, os elementos motores e paradigmáticos daquele mesmo processo de globalização.

Deste modo, o ambiente urbano – tal como, hoje, o identificamos – é uma problemática com uma formulação recente. Efectivamente, será, sobretudo, no início dos anos 90, com a publicação e posterior aprovação do *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*, que os problemas genericamente conotados com o ambiente (na) (da) cidade, passaram a ter uma formulação qualitativamente diferente, sobretudo do ponto de vista político e urbano. Que aquele “Livro Verde”, aprovado pelo Conselho de Ministros do Ambiente da U.E., em 1991, não tenha visto, até agora, “luz branca” – isto é, não tenha sido transformado em livro branco do ambiente urbano, no que isso implicaria de vinculação directiva de um determinado enquadramento do “ambiente urbano” para os países signatários – é uma outra questão, ou melhor, resulta que, não invalidando o alcance ambiental e urbano daquela noção, comporta um expressivo significado político.

É de destacar, no entanto, que a importância daquele documento comunitário está, sobretudo, na própria problematização do ambiente urbano, isto é, no modo como são equacionados os temas ambientais *na/da* cidade (e nesta distinção está já uma primeira e fundamental demarcação conceptual, como veremos de seguida). Procurando sintetizar, desde já, aquela problematização, teríamos de constatar que, no limite, o ambiente urbano – enquanto estreita e transversal articulação entre o “ambiente” e o “urbano” – constitui uma componente integrante da *condição patrimonial* das cidades, enquanto referência fundamental da história, da cultura e da identidade, mas também do respectivo ambiente, desses específicos territórios.

Como é evidente, não está em causa esvaziar de conteúdo científico e político a noção de am-

ambiente, consensualmente aceite e que abordámos nos pontos iniciais deste texto. Pelo contrário, a qualidade ambiental das cidades continua a ser avaliada, primeiramente, a partir de uma abordagem específica, jogando com múltiplas variáveis e indicadores (como é o caso dos índices da qualidade da água, do ar, dos níveis de sonorização e de poluição, das condições de saneamento e de infra-estruturas, etc). No seu conjunto, permitem avaliar a qualidade ambiental na cidade, insuficientes, contudo, para caracterizar, globalmente, a qualidade do ambiente da cidade, ou seja, para qualificar, realmente, o respectivo ambiente urbano.

Ressalve-se, contudo, que a importância daquele documento comunitário, não está, somente, no quadro problemático do ambiente urbano, mas nos próprios pressupostos que fundamentam aquela problematização, apoiados num diagnóstico profundamente crítico, teórica e empiricamente fundamentado, sobre a condição urbana das nossas cidades. Assim, temas aparentemente tão diversos como “a mobilidade e os transportes”, a “concentração do emprego no centro das cidades e a expulsão dos residentes para as respectivas periferias”, “a degradação do edificado das cidades e as políticas de reabilitação urbana”, etc, constituem temas recorrentes daquele diagnóstico, que permitem entender, depois, uma formulação mais exigente, teoricamente fundamentada, como dissemos, sobre as questões ambientais da cidade. Em última análise, trata-se de uma postura analítica integrante das diversas dimensões e componentes da vida urbana, em analogia, ao fim e ao cabo, com o próprio modo como se procura equacionar a questão do ambiente nas sociedades contemporâneas.

Por isso, continua a ser pertinente e necessário analisar e avaliar, nas cidades, as componentes mais estritamente ambientais, medindo e quantificando os diversos graus de desequilíbrio ambiental naquele quadro urbano. Do mesmo modo que, em relação às questões patrimoniais da cidade, continua a ser fundamental conhecer e avaliar as condições de existência, os distintos tipos, os graus de conservação e/ou de degradação, entre outros índices, desse mesmo património. Sublinhe-se, no entanto, que, em ambas as situações, não se trata somente de medições quantitativas, pelo contrário, uma tal quantificação deve permitir, igualmente, uma correspondente avaliação qualitativa. Significa isso que não é esta mudança de natureza quantitativa em qualitativa, que introduz uma nova visão patrimonial da cidade, mas, antes,



Foto de Elisabete Lopes

uma perspectiva integrada do conjunto da vida urbana.

E se, como dissemos, continua a ser pertinente avaliar o ambiente da cidade, enquanto processo de medida dos respectivos índices ambientais, a questão de fundo parece ser de natureza diferente. E isso, porque aquela avaliação se apoia, fundamentalmente, em indicadores que, do ponto de vista do ambiente, se “adicionam”, quando se sabe que os efeitos – ou, melhor, os impactes – ambientais se multiplicam entre si. Razão eloquente para sublinhar até onde aquela noção de ambiente urbano implica, efectivamente, uma múltipla interacção dos factores constitutivos da cidade.

Deste modo, percebe-se que o ambiente urbano se distinga, decisivamente, do ambiente *do*

urbano. Não se trata de jogos de palavras, mas de distinções analíticas, com formulações ambientais e urbanas muito diferenciadas, na medida em que, como temos vindo a sublinhar, o ambiente urbano procura ter uma visão transversal e integrada das respectivas cidades. Nessa medida, o ambiente urbano “atravessa” e “integra” diversas dimensões da questão urbana e não só as que se reportam, directamente, aos ditos problemas ambientais, originando, assim, novos elementos de problematização da cidade. A este nível, portanto, a noção de ambiente urbano não pode ser identificada com a simples “descrição” ambiental da cidade, pelo contrário, pretende ser um instrumento explicativo da realidade, simultaneamente, urbana e ambiental. Há, pois, uma mudança qualitativa, na passagem

do ambiente da cidade para a noção do ambiente urbano<sup>6</sup>, mudança que é, ainda, a resultante da progressiva insustentabilidade ambiental das cidades, nossas contemporâneas. Aquela mudança qualitativa é, assim, indissociável de outras mudanças no quadro da vida urbana.

## A Dimensão Patrimonial do Ambiente Urbano

Dissemos atrás que o ambiente urbano, tal como o procurámos definir, está estreitamente associado à dimensão patrimonial da cidade, ou, de modo mais específico, ainda que mais polémico, é parte integrante do que podemos designar de *património urbano*, tal como noutros momentos tivemos ocasião de aprofundar (cfr., nomeadamente, V. Matias Ferreira, 2001, para além do texto do autor, anteriormente citado). Antes de retomar alguns desses comentários, agora no quadro da problemática ambiental, convém ter presente que aquela condição patrimonial tem como pressuposto uma postura de articulação e de integração no todo que é a cidade, interpelando boa parte dos problemas ditos “urbanos”, demasiado sectorializados na sua suposta especialização (ver nota 9). Só assim se poderá entender, julgamos, a conclusão anterior, sublinhando a passagem de uma perspectiva estritamente ambiental (que, como dissemos, avalia o ambiente na cidade), para uma abordagem integrada e transversal, que a noção de ambiente urbano parece contemplar.

É esta visão integrada da cidade que comporta elementos inovadores no seu entendimento. Mas se atrás sublinhámos a articulação estreita entre diversas componentes, precisamente integradoras da cidade, enquanto tal, isso não significa que se esteja perante um sistema fechado, bloqueado nas suas próprias inércias. Assim, aquela integração sistémica não pode nem deve implicar, bem pelo contrário, uma visão inerte, enclausurada num qualquer destino “fatal” dessa cidade. Deste modo, ao

nível analítico, o desafio implica ter uma visão da cidade enquanto projecto, necessariamente aberto àquela mudança, ainda que socialmente condicionado pelos jogos e pelas estratégias dos actores em presença, no respectivo “palco urbano” (no final, voltaremos a esta abordagem).

Mas, regressando à condição patrimonial da cidade, é possível avançar uma noção de património urbano, que atrás aludimos, a partir de uma dupla dimensão analítica, de estreita interacção entre si: uma dimensão de memória, de *memória urbana*, mais especificamente, que recusando uma postura estática e inerte no seu próprio passado memorial, pressupõe e exige a sua “dupla”, no caso, aferida através da dimensão de projecto, de *projecto urbano*, precisamente – que, a este nível se demarca, de modo muito acentuado, de uma postura meramente urbanística. Memória e projecto da cidade, são, assim, as duas faces de uma mesma condição patrimonial urbana, numa dialéctica permanente e cujo desenvolvimento analítico nos faria afastar, inexoravelmente, dos objectivos deste texto – a propósito daquela dialéctica reportada à cidade, um vasto campo de análise se abriria, então, em particular através de Walter Benjamin, (com os seus estudos sobre as “passagens” e as “arcadas” parisienses de Oitocentos), sublinhando, neste caso, os “traços memoriais” presentes na cidade<sup>7</sup>.

Mas, como é óbvio, não seguiremos, propriamente, aqueles “traços”, em todo o caso significantes, como vimos, em relação ao património urbano das cidades, perdoe-se a redundância. Eles não deixarão de estar presentes, contudo, ainda que de modo implícito, dado o próprio carácter transversal do ambiente urbano, já anteriormente sublinhado. Haverá aqui, certamente, alguma analogia de processos, reportados, contudo, a diferentes quadros problemáticos, sendo que, no caso em apreço, a referência se especifica no contexto da problemática ambiental.

Em todo o caso, também neste contexto continua a ser pertinente invocar uma “memória” e um

<sup>6</sup> Trata-se, realmente, de uma mudança qualitativa que não é, de todo, um mera distinção “académica”! Com efeito, e tal como veremos melhor no final deste texto, a “confusão”, mais ou menos intencional, entre aquelas duas noções, está bem patente nos inúmeros documentos, mas também ao nível do discurso político e ideológico, quer no quadro nacional, quer no plano da comunidade europeia, que, indistintamente, se reportam a uma ou a outra dessas noções. O resultado final é, ainda, uma enorme incongruência, entre, por exemplo, as “recomendações” técnicas e científicas e as “decisões” políticas, como se de dois “ambientes” distintos se tratasse. O que significa que, enquanto aquelas recomendações se procuram posicionar, tendencialmente, numa perspectiva integrada do ambiente urbano, as decisões políticas, pelo contrário, preferem actuar, mais singelamente, ao nível de alguns “problemas ambientais” na cidade.

<sup>7</sup> Citando Michelet, segundo o qual “chaque époque révèle la suivante”, W. Benjamin (2000 (1935): 47-48) constata que “no sonho em que cada época se projecta na seguinte, esta aparece misturada de elementos vindos da história primitiva, isto é, da sociedade sem classes. Inscritas no inconsciente colectivo, as experiências desta sociedade conjugam-se com novas realidades, dando nascimento à utopia, de que encontramos os traços em mil figuras da vida, nos edifícios que permanecem, tal como nas modas passageiras”. Para um debate aprofundado sobre “mito e metrópole”, a propósito de W. Benjamin e a cidade, cfr. Graeme Gilloch (1997)



Foto de Miguel Baltazar

“projecto” – ou, mais precisamente, *memória e projecto ambiental* – numa simbiose que, em relação à cidade, é constitutiva do próprio ambiente urbano. Por isso, não parece abusivo invocar a condição patrimonial do ambiente urbano, não só em termos de analogia, mas como condição estruturante, simultaneamente, de um passado e de um futuro, de uma memória e de um projecto, que, do ponto de vista urbano e ambiental, se deve situar, então, num quadro de sustentabilidade social e política, como teremos ocasião de observar no próximo (e último) ponto deste texto.

Sem forçar demasiado as analogias, recorde-mos, ainda, a formulação de Giovannoni (referenciado no início deste texto) que, a propósito da noção de património urbano, utilizava a expressão *ambiente* (no original italiano) para designar a “envolvência” de cada objecto da cidade no res-

pectivo contexto urbano, como exigência metodológica de abordagem da análise urbanística e patrimonial da cidade. Se nos recordarmos, igualmente, dos estudos da Escola de Chicago dos anos 20/30 do século passado (que referenciámos atrás), constitutivos do que ficou consignado como Ecologia Urbana – que, de modo um tanto literal, poderíamos entender como relacionamento ecológico dos seres vivos humanos com o respectivo habitat *urbano* – então os conteúdos analíticos do que aqui está em jogo, surgem com maior veemência. Ao fim e ao cabo, tanto aquele “ambiente patrimonial”, como este relacionamento ecológico na/da cidade, tomados, desde logo, na sua alegoria analítica, não deixam de estar presentes, de modo emblemático, na noção de ambiente urbano.

Por isso dissemos, noutra momento (cfr. VME, 2000), que, na cidade, as noções de ambiente e de

património eram constitutivas, em graus diferentes e de modos distintos, como vimos, dessa mesma cidade, enfatizando, assim, a sua complementaridade e a sua integração na condição urbana e na própria qualidade de vida das cidades. Eis nos chegados, então, à questão de fundo deste conjunto de reflexões (que é, também, o remate deste texto), no sentido em que a própria discussão sobre ambiente urbano, tal como a fomos desenvolvendo, a isso necessariamente nos obrigaria. Com efeito, o aprofundamento da noção de ambiente urbano nunca constituiu um objectivo em si mesmo, mas, antes, a exigência analítica de confrontar essa noção, numa perspectiva de desenvolvimento urbano sustentável, com a própria qualidade de vida na e da cidade. De resto, só por essa exigência fará, então, sentido discutir a eventual sustentabilidade social e política do ambiente urbano, como forma de encerrar, então, as presentes reflexões.

## Sustentabilidade Social e Política do Ambiente Urbano

À partida, “sustentabilidade social e política” como analogia com a sustentabilidade ambiental? Parece, contudo, uma analogia um tanto arriscada, uma vez que os “recursos” em causa são, sobretudo, da ordem do social e do político, bastante mais fugazes e polemicamente “sustentáveis”, desde logo nas suas formulações analíticas. Por outro lado, mesmo no quadro da problemática ambiental, aquela noção de sustentabilidade, tal como o dito desenvolvimento sustentável, não parecem encontrar consensualidade nas suas definições, nos seus conteúdos conceptuais e operativos e nas suas próprias aplicações, o que certamente abre um campo de ambiguidades, desde logo, nas respectivas propostas políticas.

Tal é a conclusão de Drummond e Marsden (1999: 19-20), quando afirmam que “tanto a teoria como a prática do desenvolvimento sustentável parecem ter chegado a algo semelhante a um impasse”, resultante de várias dificuldades: “antes de mais, o conceito é ambíguo, abrindo-se para

uma ampla variedade de interpretações (...); em segundo lugar, o conceito de desenvolvimento sustentável é, não só abrangente, mas também fundamentalmente integrador, não existindo metodologias convincentes para abarcar, num preciso momento, a totalidade da ideia; em terceiro lugar, o desenvolvimento sustentável é radical, na medida em que ameaça as estruturas sociais, económicas e políticas estabelecidas, a que se junta a eventualidade das estruturas políticas existentes não serem apropriadas à efectiva promoção daquele desenvolvimento sustentável; finalmente, a ideia é inconsistente, na medida em que ainda se mantém insuficientemente articulada com áreas chave das teorias estabelecidas. Em particular, a economia política do desenvolvimento sustentável não se encontra plenamente teorizada”.

Perante um tal quadro analítico ainda tão difuso, aceitemos, então, o desenvolvimento sustentável na sua definição minimalista, oriunda do Relatório Bruntland (1987), já anteriormente mencionado, que, na sua extrema simplicidade, pode ser entendido como um posicionamento *ético* do desenvolvimento, ao defender que (simplifico) a actual utilização dos recursos e do ambiente não deve hipotecar a sua utilização pelas gerações futuras. Independentemente das ambiguidades, aquela atitude normativa tem vindo a orientar a “agenda política” do ambiente, quer na feitura de documentos oficiais, quer nas propostas e recomendações de carácter político, em que aquela ambiguidade conceptual e operativa, não tem estado isenta de consequências contraditórias ao nível das políticas ambientais, sobretudo à escala global do planeta. O exemplo mais emblemático parece ter sido a própria realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco 92, Rio de Janeiro, 1992) que, ao mesmo tempo que ratificava aquela “ética” do desenvolvimento sustentável, não foi capaz de ratificar um conjunto de medidas ambientais, realmente as mais polémicas, mas efectivamente as mais determinantes, no combate ao actual desequilíbrio ecológico do planeta.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Segundo Melo e Pimenta (1993: 51-53) que, contudo, escrevem ainda no rescaldo daquela Conferência, os resultados finais da Eco 92 variam entre “fracasso total” e “sucesso relativo”, uma vez que “a classificação depende apenas da perspectiva de quem classifica”. Assim, “para as organizações de cidadãos (...), o objectivo da Eco 92 seria a criação de um quadro de acordos internacionais capaz de inverter a actual tendência de degradação acelerada do equilíbrio ecológico e das condições de vida humana na Terra. Nesta perspectiva, os resultados da Conferência só podem ser descritos como um fracasso.” (...). Uma perspectiva completamente oposta é a dos governos. Para os governantes da generalidade dos países, incluindo Portugal, a existência de acordos – quaisquer acordos – seria sempre classificado como um sucesso”. Não obsta que, ainda segundo os mesmos autores, “no que toca à divulgação dos problemas globais de ambiente, é inegável que a Eco 92 foi extraordinariamente positiva”.

Para além da avaliação final sobre os resultados políticos daquela Conferência, que não vem ao caso aprofundar neste momento, sem dúvida que uma das suas decisões – a criação da *Agenda 21* – sobretudo na sua repercussão ao nível local e das próprias cidades, acabou por constituir um importante instrumento de debate político sobre as questões ambientais e urbanas, tendo sido, inclusivamente, implementada em diversas cidades europeias. Com efeito, aquelas Agendas, de incidência local, como dissemos, “são basicamente planos ambientais de cidade com natureza estratégica” (Gomes, 2000)<sup>9</sup>, estando, assim, na origem de sucessivas propostas e projectos ambientais para as cidades, nomeadamente no quadro da União Europeia.

Um desses projectos, o das “Cidades Sustentáveis”, apresentado por “um grupo de peritos sobre o ambiente urbano”, constituído sob a égide da então Comunidade Europeia, teve um inegável impacto ideológico junto das instâncias técnicas e políticas, quer àquele nível comunitário, quer no quadro de diversas cidades europeias. Com efeito, se aquele projecto pretendia contribuir para “o desenvolvimento de ideias sobre a sustentabilidade em ambientes urbanos europeus”, sem dúvida que a “apetência” da designação e o “simbolismo” dos eventuais conteúdos daquele projecto, actuando como mais um conjunto articulado de propostas sobre o ambiente nas cidades (que não, propriamente, sobre o ambiente urbano!), não deixaram de influenciar um determinado “imaginário urbano”. Falta demonstrar, contudo, até onde poderá vir a ser superada a própria ambiguidade do dito desenvolvimento sustentável (tal como referimos no início deste ponto), que aquela designação deixava, implicitamente, enunciada!

Não se pretende minimizar a relevância destas propostas, nem o valor técnico e político dos documentos e dos eventos comunitários subsequentes – como foi o caso, em 1994, da redacção da Carta de Alborg (de que Gomes, *op. cit.*: 34-36, sintetiza com alguma minúcia), concretizada, mais tarde, em 1996, num “plano de acção” em Lisboa ou, mesmo, a realização em Viena, em 1998, de um “fórum urbano europeu”. É evidente a prolífera produção institucional da União Europeia e dos

países nela incluídos, sobre a “agenda” política do ambiente nas cidades – ainda que com interpretações dos respectivos documentos e com modalidades da sua aplicação, muito diferenciadas entre si. Contudo, não é tanto essa produção institucional que interessa questionar, mas, antes, a avaliação do seu efectivo *impacte* (para usar termos da gíria ambiental) nas políticas de *ambiente urbano* (no sentido que lhe demos atrás) das diversas cidades europeias. Ou, por outras palavras, se não parecem faltar (?) as necessárias normativas ambientais para as cidades, continua a verificar-se um hiato muito significativo entre aquelas normativas e a assunção plena, pela generalidade das cidades europeias – e, particularmente, pelas cidades portuguesas – de uma abordagem integrada e transversal que a própria noção do ambiente urbano comporta, tal como temos vindo a sublinhar.

Ora aquela mesma perspectiva do ambiente urbano pressupõe, para além das componentes anteriormente referidas, uma evidente dimensão social e política que dá suporte e sentido, precisamente, àquele ambiente urbano. Por isso, não espanta constatar que, no quadro de política ambiental, as cidades “não desenvolveram ainda uma cultura de participação” (Gomes, *op. cit.*: 48), o que, independentemente do carácter ideológico daquela “participação” (que, noutro momento, tivemos ocasião de comentar – cfr. VMF, 2000: 29-34), constitui um sintoma paradigmático, não só do hiato que referimos atrás, mas também de uma significativa ausência da “sociedade civil urbana” na definição e concretização das políticas de ambiente urbano – como é óbvio, reporto-me especificamente ao caso português.

Sem dúvida que a última década foi decisiva para criar uma “consciência ambiental”, tal como os anos 70 do século passado, constituíram o período de maturação de uma “consciência ecológica”, como vimos no início deste texto. Uma tal “interiorização” da questão ambiental, também em relação às cidades, tem implicado uma progressiva assunção do ambiente nas políticas públicas, nas suas diversas vertentes e em distintos sectores, aos vários níveis da sua actuação. Por isso, foi importante admitir, entre nós, inclusivamente no quadro da estrutura estatal – aliás na esteira de muitas

<sup>9</sup> Muito embora o autor, que significativamente tituló a sua obra de “ambiente urbano”, nem sempre siga, ao longo dos diversos capítulos, aquela noção integrada das questões ambientais da cidade, apresenta, contudo, um importante recenseamento crítico sobre “a evolução do pensamento da comunidade (europeia) na década de 90”, de que se sugere a consulta (*op. cit.*, 23-53). Assim, as notas que se seguem, não deixam de se apoiar, em grande medida, nessa fonte documental.

directivas de âmbito europeu – que tais políticas ambientais não dispensavam a sua necessária articulação com a problemática do ordenamento territorial e, portanto, também com o ordenamento das cidades. Nessa medida, a articulação institucional entre o ambiente e o ordenamento urbano deveria permitir uma maior aproximação às questões do ambiente urbano, desde que as práticas políticas não ficassem demasiado dependentes e hegemónicas, precisamente, por essa mesma esfera institucional.

Efectivamente, a *praxis* ambiental e urbana – no que isso pressupõe o envolvimento dos diversos actores sociais (e não só os agentes institucionais públicos) no progressivo estabelecimento de uma prática política, consensualmente debatida e contratualmente estabelecida, naquelas duas dimensões fundamentais das cidades – é, ainda, demasiado insipiente, porque demasiado parcelizada, mais movida por fenómenos *nymby* (*not in my backyard*), do que por uma perspectiva integrada, aos diversos níveis da sua incidência<sup>10</sup>. Realmente, na instância propriamente política – cujos efeitos tendem a uma resolução de “soma zero” – quanto maior for a hegemonia institucional do sistema político, menor tenderá a ser o *espaço da política*, lugar onde, precisamente, a conflitualidade dos interesses se confronta e, eventualmente, se supera.

De certo modo, o actual contexto económico e político parece favorecer alguma *anomia* sociológica, em que, nomeadamente no quadro da dinâmica societal, os movimentos sociais oscilam, ainda, entre alguma “apatia social” e a própria “explosão do movimento”. Sem dúvida que esse mesmo contexto está muito determinado pela famigerada globalização económica, mas também pela própria globalidade do ambiente. Procuremos, então, sintetizar esse mesmo contexto, a partir de alguns pares de palavras chave – que, reciprocamente, poderão ajudar a ilustrar aquele mesmo contexto – oriundas do “meio” em que tem estado envolvida a actual problemática ambiental. Será também o “meio” de rematar o conjunto das presentes reflexões.

Desde logo, o par da *competitividade económica* e da cooperação urbana: aquele contexto de globalização económica, abrindo-se, progressivamente, em múltiplas dimensões, sobretudo de or-

dem cultural e política, é contemporâneo, paradoxalmente, de uma acentuada fragmentação social. Em especial, ao nível das grandes aglomerações territoriais – como é o caso dos territórios metropolitanos e/ou “metapolitanos”, no dizer de F. Ascher (1995) – aquela fragmentação produz acentuadas situações de polarização social, extremando aqueles territórios numa profunda dualidade social entre os que podemos designar de “poderosos” (isto é, os que têm poder, seja económico, social ou cultural) e os realmente “excluídos” da sociedade – como é evidente, esta dualidade não é territorialmente homogénea, inclusive no interior de cada uma das regiões europeias. Por outro lado, sabe-se como aquela globalização tem vindo a ser determinada por processos agressivos de competitividade económica – que, partindo da competitividade empresarial, rapidamente se assume, também, como competitividade territorial (urbana e/ou regional). Simplesmente, aquela mesma competitividade encontra limites no seu próprio interior, como ficou suficientemente ilustrado pelo Grupo de Lisboa (1994), o que coloca a questão da cooperação, eventualmente económica, mas mais inelutavelmente ao nível territorial. As propostas centradas nas “redes de cidades”, em termos urbanos e ambientais (para além das ambiguidades e contradições anteriormente apontadas), parecem constituir formas “sustentáveis” de cooperação urbana.

Depois, o par da *solidariedade individual* e da *equidade social*: não será controverso constatar que a sociedade contemporânea tem vindo a acentuar egoísmos individuais (e algum cinismo colectivo), na razão directa de uma progressiva parcelização da vida social. Em certa medida, aquela parcelização já estava inscrita no quadro da presente modernidade histórica, independentemente do debate sobre a sua eventual superação “pós moderna”. Nesse contexto, as políticas liberais e neoliberais permitiram reforçar aquela postura ideológica de uma progressiva individuação da vida social. Por isso, solidariedade individual e equidade social, sendo, igualmente, posturas de natureza ideológica, inscrevem-se, contudo, indelevelmente, na própria *crítica* dos processos de fragmentação social, que referimos atrás, mas também dos processos de individuação da vida social e cultural. A este nível, portanto, solidariedade e equidade cons-

<sup>10</sup> Como é evidente, uma tal conclusão é generalizável para os restantes “problemas” das cidades, muitas vezes abordados numa visão parcelar e parcial da sua respectiva emergência. E muito embora a perspectiva crítica de uma tal abordagem esteja, hoje, definitivamente (?) assumida – sobretudo ao nível da conceptualização dos ditos problemas urbanos – as práticas políticas tendem para aquela parcelização, em grande medida como resposta corporativa e/ou eleitoralista a sectores económicos e sociais dominantes.

tituem as duas faces de um mesmo projecto político que deve ter tradução, neste caso, ao nível ambiental e urbano.

Finalmente, o par da *sustentabilidade ambiental e da subsidiariedade política*: no quadro do dito desenvolvimento sustentável – que, para além de todas as ambiguidades, deve ser um desenvolvimento *integrado*, na medida em que procura integrar as diversas valências em jogo – o princípio da subsidiariedade apela, claramente, a modalidades descentralizadas de exercício do poder, no sentido em que (simplifico) tais modalidades tenderão a exercer-se, predominantemente, “de baixo para cima”, em relação aos diversos níveis de exercício do poder político. Esta mesma postura de progressiva e assumida descentralização política, tenderá a apelar, igualmente, ao *exercício cívico e político* da “sociedade civil”, mobilizando, deste modo, as associações de diversa natureza, as organizações

de acção colectiva (como é o caso das organizações não governamentais) e os próprios movimentos sociais, nas suas formas mais ou menos organizadas. Em termos ambientais e urbanos, vemos como, uma vez mais, estamos perante duas faces de uma mesma postura social e política, o que não deixa de nos aproximar, também aqui, da noção de ambiente urbano donde partimos.

Tais parecem ser algumas das dimensões mais determinantes, apresentadas de modo muito esquemático, do actual contexto económico, social e político, no qual deveremos situar, então, a problemática ambiental e urbana que fomos assinalando ao longo das páginas anteriores. Ao fim e ao cabo, talvez que, no seu conjunto, se esteja perante as condições de uma eventual sustentabilidade social e política do ambiente urbano. Será que isso nos permite partir, então, para *um ambiente urbano sustentável*?

## Referências Bibliográficas

- ASCHER, F. (1995), *Métapolis*, Paris, Odile Jacob (trad. port. *Metapolis*, Lisboa, Ed. Celta, 1998).
- BENJAMIM, W. (2000 (1935)), *Oeuvres III*, Paris, Gallimard.
- BRUNDTLAND, G.H. et al. (1987), *Our Common Future*, World Commission on Environment and Development, Oxford, Oxford University Press. (trad. port. *O Nosso Futuro Comum*, Lisboa, Meribérica-Liber, 1991).
- COMISSÃO das COMUNIDADES EUROPEIAS (1990), *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*, Bruxelas (documento aprovado pelo Conselho de Ministros do Ambiente, 1991).
- DRUMMOND, I. e MARSDEN, T. (1999), *The Condition of Sustainability*, Londres e N. York, Routledge.
- GILLOCH, G. (1997), *Myth & Metropolis. Walter Benjamin and the City*, Cambridge, Polity Press.
- GIOVANNONI, G. (1998 (1931)), *L'Urbanisme face aux Villes Anciennes*, Paris, Ed. du Seuil (trad. do ital.). Introdução de F. Choay.
- GOLDSMITH, E. et al. (1972), “A Blueprint for Survival”, *The Ecologist* (trad. cast. *Manifiesto para la Supervivencia*, Madrid, Alianza Editorial, 1972).
- GOMES, R. (2000), *Ambiente Urbano. Conceito e Estratégia*, Lisboa, URBE.
- GRUPO DE LISBOA (1994), *Limites à Competição*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- LIPIETZ, A. (1992), *Berlin, Bagdad, Rio. Le XXIème siècle est commencé*, Paris, Quai Voltaire.
- MATIAS FERREIRA, V. (1976), *Ecologia: da Cruzada Humanista à Crítica do Capitalismo*. Antologia de textos, Porto, Ed. Afrontamento.
- MATIAS FERREIRA, V. (2000), “Cidade e Democracia. Ambiente, Património e Espaço Público”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, 1, Dezembro, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais, pp. 9-35.
- MATIAS FERREIRA, V. (2001), “Protagonismo Urbano e Projecto de Cidade. A condição pública e patrimonial das cidades”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, 2, Junho, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais.
- MEADOWS, D. et al. (1972), *Limits to Growth*, New York, Universe Books (trad. port. *Os Limites do Crescimento*, Lisboa, Public. Dom Quixote).
- MEADOWS, Donella et al. (1992), *Beyond the Limits*, (trad. cast. *Más allá de los Límites del Crecimiento*, Madrid, El País/Aguilar).
- MELO, J. J. e PIMENTA, C. (1993), *Ecologia e Ambiente*, Lisboa, Difusão Cultural.
- MEPAT (1999) *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, 2000-2006*, Lisboa, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.
- TAMAMES, R. (1974), *La Polémica sobre los Límites al Crecimiento*, Madrid, Alianza Editorial.